



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CURSO DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS

**PROJETO INTEGRADO**

ORÇAMENTO EMPRESARIAL

**AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A**

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2019

UNIFEOB  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO  
OCTÁVIO BASTOS  
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE TECNOLOGIA EM PROCESSOS GERENCIAIS

**PROJETO INTEGRADO**  
**ORÇAMENTO EMPRESARIAL**  
**AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S/A**

MÓDULO 05

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – PROF. DANILO MORAIS DOVAL

GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS – PROF. DANILO  
MORAIS DOVAL

Estudantes:

Cristina de Carvalho Silveira, RA 1012018200023

Pedro Henrique H. Pedrozo, RA 1012019100106

Thaís Teodoro Cândido, RA 1012018200410

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

MARÇO, 2019

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA .....	4
3. PROJETO INTEGRADO .....	5
3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA .....	5
3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS .....	5
3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS .....	6
3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL .....	7
3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS .....	8
3.2.1 LUCRO REAL .....	9
3.2.2 LUCRO PRESUMIDO .....	10
3.2.3 SIMPLES NACIONAL .....	10
4. CONCLUSÃO.....	13
REFERÊNCIAS .....	14
ANEXOS.....	15

# 1. INTRODUÇÃO

Este projeto visa à construção do cenário futuro de uma empresa, através de um orçamento empresarial e da análise de seu regime tributário adotado.

A empresa escolhida faz parte da lista das empresas brasileiras em desenvolvimento, que apresentam seus resultados no sítio eletrônico da BM&F Bovespa. Essa divulgação tem como objetivo atrair cada vez mais investidores, por isso, torna-se um ótimo instrumento de estudo e análise para avaliar se realmente a empresa apresenta resultados positivos e também se caminha para resultados atraentes no futuro.

Frisamos as principais atividades de orçamentos de vendas, das despesas operacionais e empresariais, para chegarmos à conclusão que elaborar um orçamento de vendas é essencial para o planejamento orçamentário da empresa e, conseqüentemente, da saúde do negócio. Isso porque, em primeiro lugar, a estimativa da demanda é um dos fatores que influenciam a programação da produção ou da compra de mercadorias, o que, por sua vez, está ligado aos custos. Então, um erro nas previsões pode causar um sério desajuste nessa engrenagem; e que o orçamento de despesas operacionais é considerado uma ferramenta fundamental de gestão para a organização, permitindo estimar o volume de despesas que a empresa deverá suportar.

Mostraremos uma breve explicação a respeito de Lucro Presumido e Simples Nacional, e enfatizaremos o regime Lucro Real, pois é onde a empresa estudada se encontra por ter receita bruta anual acima de R\$78 milhões.

## 2. DESCRIÇÃO DA EMPRESA

A empresa escolhida para análise foi a Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A fundada em 2008, possui CNPJ 09.296.295/0001-60 SEDE: AV. MARCOS PENTEADO ULHÔA RODRIGUES, N°939, 9° andar edifício Jatobá, Barueri/SP.

A empresa tem como principal atividade econômica o transporte aéreo de passageiros regulares, mas também, investe em atividades secundárias, que incluem a manutenção de aeronaves na pista, transporte aéreo de carga, locação de aeronaves sem tripulação, manutenção e reparação de aeronaves, atividades auxiliares dos transportes aéreos, entre outras.

Essa empresa, ainda considerada recente no mercado, vem se tornando cada vez mais expressiva no setor de aviação comercial. A Companhia apostou em uma fusão no ano de 2012 com uma pequena empresa de aviação chamada TRIP e, desde então, vem crescendo consideravelmente no mercado aeroviário.

Através da análise de resultados, podemos entender melhor algumas estratégias que a empresa vem adotando. A Azul opta sempre por linhas menos interessantes e pouco concorridas no mercado como os aeroportos de Campinas (SP), Marília (SP), Ilhéus (BA) e Uberlândia (MG), mantendo-se estrategicamente estável perante seus concorrentes, GOL e TAM que juntas detém 80% da movimentação financeira no mercado aéreo.

## **3. PROJETO INTEGRADO**

### **3.1 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA**

A gestão orçamentária contribui com ferramentas para planejar e monitorar sistematicamente os resultados financeiros de uma empresa.

Com uma gestão de orçamentos estruturada e funcionando adequadamente a empresa pode contar com dados bem próximos da realidade financeira, ganhando assim liberdade e segurança para decisões mais rápidas. Isto é um grande diferencial diante do elevado nível de competitividade imposto pelo mercado, pois além de encontrar dados importantes para novos investimentos, contribui significativamente para seu crescimento.

Sendo assim, entendemos que a saúde financeira da empresa encontra um forte aliado no planejamento e controle orçamentário.

A seguir, faremos uma breve análise de um possível controle orçamentário da empresa Azul Linhas Aérea, já descrita anteriormente.

#### **3.1.1 ORÇAMENTO DE VENDAS**

O Orçamento de Vendas é a estimativa do montante de receitas que a empresa receber em um determinado período futuro, ou seja, da quantidade de produtos ou serviços que serão vendidos.

O seu objetivo fundamental é o atendimento com excelência aos clientes, considerando preço, qualidade, prazos, etc. Outro objetivo muito importante é o estudo detalhado dos mercados como: quantidades a serem comercializados, preços a praticar, entre outros.

É muito importante estimar a receita operacional, organizar e programar a produção, mas sempre tendo em vista o atendimento eficaz aos clientes, e junto a isso atingir as metas estabelecidas no plano orçamentário e financeiro da empresa.

O Orçamento de Vendas registra as expectativas de vendas de um negócio para o próximo período de contabilidade ou Orçamento. O valor das vendas, fornecido pela previsão

de receita, é usado como base para outros componentes. Ela influencia muito dos outros componentes do orçamento principal, direta ou indiretamente.

Não há como elaborar um Orçamento Empresarial sem uma previsão de faturamento e uma precificação adequada. Caso contrário, o Orçamento da empresa será afetado.

É por meio do plano orçamentário de vendas que a empresa também planeja o envolvimento e o comprometimento dos outros setores, em busca dos objetivos da corporação. É importante frisar que neste aspecto o Orçamento de Vendas se constitui em importante instrumento de gestão.

### **3.1.2 ORÇAMENTO DAS DESPESAS OPERACIONAIS**

Orçar as Despesas Operacionais de uma empresa é projetar todas as despesas dos setores administrativo, financeiro e vendas, além dos tributos e despesas financeiros incidentes sobre as operações produtivas e, sobretudo; nas vendas dos produtos ou na prestação os serviços.

Os gastos de administração pertinentes ao pró-labore da diretoria, salário do pessoal administrativo e materiais de expediente;

As despesas comerciais tudo que é necessário antes, durante e depois do evento de venda;

As despesas financeiras oriundas de operações de crédito de curto e longo prazo;

Além das despesas tributárias representadas pelas taxas e tributos a recolher pela empresa no período orçado.

O orçamento de despesas operacionais geralmente estará relacionado a itens classificados como gastos fixos, ou seja, que acontecerão independente da empresa vender ou não, como alugueis, salários, etc., e por isto geralmente a análise dos dados históricos da própria empresa constitui-se em boa fonte para sua estimativa.

O Orçamento das Despesas Operacionais é o resultado da consolidação das despesas: administrativas, comerciais, tributárias e financeiras que a empresa deverá arcar por um determinado período projetado.

Em última análise, fica bastante evidente que o conhecimento sobre a estrutura da empresa, o mercado em que atuam, as oscilações econômicas além de outras informações sobre o negócio, são fundamentais para a elaboração de cada etapa do Orçamento das Despesas Operacionais.

### 3.1.3 ORÇAMENTO EMPRESARIAL

Abaixo demonstramos o orçamento para os próximos três anos da empresa com base no mais recente demonstrativo de resultados (*Anexo A*) a que tivemos acesso que foi datado de 31/12/2018 e publicado em Março de 2019 conforme referido na posterior bibliografia.

ORÇAMENTO EMPRESARIAL - AZUL LINHAS AÉREAS						
DESCRIÇÃO	2019		2020		2021	
	REALIZADO	PROJETADO	REALIZADO	PROJETADO	REALIZADO	PROJETADO
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>						
Transporte de passageiros		10.404.158,40		11.444.574,24		12.589.031,66
Outras vendas		531.547,50		584.702,25		643.172,47
Total prestação de serviço		10.935.705,90		12.029.276,49		13.232.204,13
<b>(-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>						
Combustível de aviação		-2.383.983,89		-2.526.148,06		-2.884.620,50
Salários e benefícios		-1.535.373,11		-1.688.910,42		-1.852.508,58
Arrendamentos mercantis de aeronaves		-1.705.970,12		-1.876.567,13		-2.064.223,85
Tarifas aeroportuárias		-725.037,30		-797.541,03		-833.628,86
Prestação de serviços de tráfego		-426.492,53		-469.141,78		-516.055,96
Comerciais e publicidade		-426.492,53		-469.141,78		-516.055,96
Materiais de manutenção e reparo		-601.463,82		-661.610,21		-727.771,23
Depreciação e amortização		-426.492,53		-469.141,78		-516.055,96
Outras despesas operacionais, líquidas		-298.544,77		-328.399,25		-361.239,17
<b>Custo dos serviços prestados</b>		<b>-8.529.850,60</b>		<b>-9.286.601,44</b>		<b>-10.272.160,07</b>
Lucro operacional Bruto		2.405.855,30		2.742.675,05		2.960.044,06
<b>(-) OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS</b>		<b>-120.310,71</b>		<b>-96.248,57</b>		<b>-76.998,86</b>
		2.285.544,59		2.646.426,48		2.883.045,20
<b>(-) PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIB SOCIAL</b>		<b>-685.771,04</b>		<b>-793.927,94</b>		<b>-864.913,56</b>
LUCRO FINAL PROJETADO APÓS O IR e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		1.600.132,41		1.852.498,54		2.018.131,64
NÚMERO DE AÇÕES		62.322.505		62.322.507		62.322.509
LUCRO POR AÇÃO (R\$)		0,0260		0,0300		0,0320

Adaptada de: <http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresaslistadas/ResumoEmpresaPrincipal>

Nesta pequena projeção levamos em conta o crescimento de 20% em 2019 nos lucros obtidos com transporte de passageiros e apenas 10% em outras vendas, isso se deve ao grande



investimento realizado ao longo do ano de 2018 em novas aeronaves, mais modernas, que representam um menor consumo de combustível e maior acomodação em número de passageiros. Porém, para os próximos anos, este crescimento não deve passar dos 10 pontos percentuais já que não estão previstos grandes investimentos.

Quanto às outras despesas operacionais, foram mantidos seus percentuais sobre o ano de 2018, que representou um ano marcado por grande instabilidade financeira, principalmente no que diz respeito ao preço dos combustíveis que fecharam o ano com um aumento próximo dos 22% e sem expectativa de melhora para os anos de 2020 e 2021.

Já a folha de pagamento terminou o ano de 2018 com 14% aproximadamente, e pretende-se manter este percentual, pelo menos, até 2021.

Com base neste orçamento empresarial, projetado para os próximos 3 anos, podemos desenvolver estratégias para nos manter o mais próximo possível do equilíbrio financeiro e só após solidificar este equilíbrio é que pensaremos em novos e grandes projetos de crescimento.

## **3.2 GESTÃO ESTRATÉGICA DE TRIBUTOS**

A carga tributária brasileira é mundialmente considerada uma das mais complexas em suas regras e estruturas, por essa razão, propostas de simplificação, bem como de redução de valores foram especuladas desde governos anteriores até o de hoje.

Essa reforma tributária foi muito usada em discursos de campanhas eleitorais, justamente por ser uma das maiores barreiras para novos investimentos e geração de empregos no Brasil. Diante dessa problemática o atual presidente, Jair Bolsonaro, assumiu rapidamente uma reforma previdenciária, para uma organização do orçamento público saudável e só depois pretende partir para uma reforma tributária.

Essa reforma contaria somente com simplificação dos sistemas atuais praticados, sem muitas expectativas de redução de valores em curto prazo, já que isso comprometeria o crescimento econômico brasileiro, que se encontra exausto.

Abaixo, analisaremos as vantagens e desvantagens dos regimes tributários brasileiros atualmente praticados, com ênfase no sistema de lucro real praticado pela empresa Azul Linhas Aéreas.

### 3.2.1 LUCRO REAL

O lucro real é um tipo de regime tributário muito popular e mais utilizado pelas empresas brasileiras. Trata-se de um regime tributário muito complexo, pois é através dele que é determinado o valor da contribuição do IRPJ (Imposto de renda) e da CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido).

Neste regime, o imposto de renda é determinado a partir do lucro contábil, apurado pela pessoa jurídica, acrescido de ajustes (positivos e negativos) requeridos pela legislação fiscal (*Anexo B*).

Todas as empresas brasileiras podem optar pelo Lucro Real. Porém, esse também é o regime tributário obrigatório para várias pessoas jurídicas – como aquelas que não podem ser enquadradas em outros regimes tributários ou possuem uma receita bruta anual superior a R\$ 78 milhões, conforme o artigo 14 da Lei 9.718 de 27 de novembro de 1998.

Ao aderir ao Lucro Real é possível compensar prejuízos fiscais, por ser tributação mais justa, já que leva em consideração a situação real da empresa, possivelmente pode-se aproveitar de créditos do PIS e do COFINS;

Pode-se também optar pela apuração trimestral ou anual, adequando às necessidades e estratégias da empresa e em caso de prejuízo fiscal, não há obrigatoriedade de contribuição.

Em controvérsia, ao aderir ao Lucro Real pode-se ter maior burocracia na gestão de documentos; as alíquotas de PIS e COFINS são mais altas — porém, há a permissão dos créditos descritos na legislação.

Com base nas pesquisas acima, concluímos que a empresa estudada se adere ao Lucro Real, pois tendo como base o terceiro trimestre do ano de 2017, registrou lucro líquido de R\$ 204 milhões, ganhou 21 vezes maior que o apurado em igual período de 2016. Segundo informações obtidas através da própria companhia, O lucro líquido totalizou R\$303,7 milhões, representando uma melhora de R\$252,4 milhões comparado com o 4T16. O lucro líquido de 2017 foi de R\$529,0 milhões, comparado a um prejuízo de R\$126,3 milhões em 2016.

### 3.2.2 LUCRO PRESUMIDO

O lucro presumido é um regime tributário para empresas que faturem até R\$78 milhões/ano e que não se opere em ramos específicos, como bancos e empresas públicas.

Empresas do Lucro Presumido têm alíquotas de imposto que podem variar de acordo com o tipo de atividade que exercem - essa porcentagem pode variar de 1,6% até 32% sobre o faturamento delas, como podemos observar no *anexo C* ao final deste trabalho.

No Lucro Presumido, os impostos que incidem sobre o faturamento têm o recolhimento mensal de acordo com as seguintes alíquotas:

- PIS: 0,65%;
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social): 3%;
- ISS (Imposto Sobre Serviço): de 2,5 a 5% conforme a cidade e serviço prestado.

Já os impostos IRPJ (Imposto de Renda) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) vão incidir trimestralmente nas alíquotas de 15% e 9%, respectivamente, apenas sobre as presunções de lucro.

Quando uma empresa ultrapassa o limite dos R\$78 milhões em algum período de apuração dentro do próprio ano-calendário, ela pode continuar sendo tributada com base no LUCRO PRESUMIDO dentro do mesmo ano. Porém, automaticamente, estará obrigada a mudar para o LUCRO REAL no ano-calendário subsequente, independentemente do valor da receita bruta que for auferida naquele ano. Se no ano subsequente, ela voltar ao limite anterior, ela poderá retornar (no ano seguinte) ao LUCRO PRESUMIDO.

### 3.2.3 SIMPLES NACIONAL

O Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Nele, a alíquota paga é regida pela faixa de faturamento (receita bruta) da empresa.

No Simples Nacional, as empresas pagam seus impostos em uma guia única.

Ela é chamada de DAS - sigla para Documento de Arrecadação do Simples Nacional. O valor do pagamento é repassado a um sistema gerenciado pelo Banco do Brasil, que reparte automaticamente o recurso dentro de um dia para os entes de destino: municípios, estados e União, pois todos estes entes são abrangidos por esse regime.

O Simples é administrado por um Comitê Gestor composto por oito integrantes: quatro da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), dois dos Estados e do Distrito Federal e dois dos Municípios.

Para o ingresso no Simples Nacional é necessário que a empresa cumpra os requisitos previstos na legislação, formalize a opção pelo Simples Nacional e enquadre-se na definição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Características principais do Regime do Simples Nacional:

- Ser facultativo;
- Ser irrevogável para todo o ano-calendário;
- O Simples abrange os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, IPI, ICMS, ISS e a Contribuição para a Seguridade Social destinada à Previdência Social a cargo da pessoa jurídica (CPP);
- Recolhimento dos tributos abrangidos mediante documento único de arrecadação - DAS;
- Disponibilização às ME/EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido, geração do DAS e, a partir de janeiro de 2012, para constituição do crédito tributário;
- Apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais;
- Prazo para recolhimento do DAS até o dia 20 do mês subsequente àquele em que houver sido auferida a receita bruta;
- Possibilidade de os Estados adotarem sublimites para EPP em função da respectiva participação no PIB. Os estabelecimentos localizados nesses Estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite deverá recolher o ICMS e o ISS diretamente ao Estado ou ao Município.

Embora o Simples Nacional seja a opção da maioria das pequenas empresas, nem sempre é a opção mais econômica, considerando particularidades do negócio.

Conforme o número de colaboradores, por exemplo, a definição pelo Lucro Presumido pode ser mais vantajosa.

Também é importante saber que não há direito ao crédito fiscal de IPI e ICMS, como ocorre em outros regimes tributários.

O Simples Nacional tem seus valores calculados sobre o faturamento e não sobre a receita líquida, isso significa que uma empresa pode ter prejuízo em determinado mês e ainda assim pagar impostos, que são calculados sobre a receita bruta auferida, sem descontar as despesas.

Até o ano de 2017 o Simples era dividido em 6 anexos: O anexo I pertencia ao Comércio; o Anexo II às Indústrias e os Anexos III, IV, V e VI pertencia aos Serviços.

Cada anexo possuía 20 faixas cada uma com uma alíquota fixa (*Anexo D*). Essa alíquota era multiplicada pelo valor de faturamento do mês em que estava sendo apurado o imposto.

Atualmente, cada anexo possui **6 faixas**, que são subdivididas em relação a receita bruta acumulada dos últimos 12 meses, uma alíquota e uma parcela a deduzir.

O novo cálculo terá uma alíquota *nominal* e, utilizando ela na *fórmula de cálculo*, será encontrada uma alíquota *efetiva*, que então será aplicada sobre a receita do mês para identificação do imposto do mês.

A fórmula para encontrar a alíquota efetiva é demonstrada a seguir:

## **RBT12 X ALÍQUOTA - PD**

### **RBT12**

#### **Onde:**

RBT 12 = Receita Bruta dos últimos 12 meses

ALÍQUOTA = Percentual encontrado na faixa de enquadramento

PD = Parcela a deduzir

Na parte de Anexos, os *Anexos E, F, G, H e I* referem-se às Novas Tabelas do Simples, aplicadas a partir de 01/01/2018.

## 4. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da presente análise demonstrou a importância de uma projeção com base em dados econômicos devidamente explícitos através de DREs que reflitam com fidelidade o desempenho da empresa atualmente.

Esses dados são de grande importância para que os gestores tenham uma visão da real situação financeira da empresa que são de difícil percepção na rotina diária, precisam de apoio em informações consolidadas ao longo do trajeto.

Fizemos um estudo de como funciona o regime tributário no Brasil e concluímos que a empresa possui mais vantagens no pagamento de tributos optando pelo regime de lucro real que é o que acontece atualmente.

Para concluir a análise optamos por simular uma projeção para os próximos 3 anos, utilizando a DRE mais recente publicada pela empresa. Mantemos o mesmo ritmo de crescimento que a empresa vem apresentando, chegando a um crescimento satisfatório através de investimentos contínuos em otimização de serviços e custos operacionais.

Ao final da análise, apresentamos uma expectativa de crescimento contínuo e sólido com investimentos baseados apenas em recursos internos sem previsão de empréstimos e maiores investimentos.

## REFERÊNCIAS

<https://www.valor.com.br/empresas/6160305/lucro-da-azul-aumenta-36-e-atinge-mais-de-r-703-milhoes-em-2018>

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/reforma-pode-ser-fatiada-e-comecar-pelos-tributos-mais-complexos-do-pais-979o80ukhqddlkarhczeyecan/>

<http://www.portaltributario.com.br/artigos/o-que-e-lucro-real.htm>

<https://saiadolugar.com.br/lucro-real/>

<https://ajuda.contaazul.com/hc/pt-br/articles/360005055672-Regimes-Tribut%C3%A1rios>

<https://www.voeazul.com.br/imprensa/releases/azul-anuncia-lucro-liquido-de-r304-milhoes-no-4t17-e-r529-milhoes-em-2017-1383360012167>

<https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/lucro-presumido/>

<http://p1p.com.br/regimes-tributacao-lucro-presumido/>

<http://blog.sengercontabilidade.com.br/para-entender-o-lucro-presumido/>

<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/documentos/pagina.aspx?id=3>

<http://www.iconcontabil.com.br/site/o-super-simples-novo-calculo-simples-nacional/>

<https://datanil.com.br/novas-tabelas-do-simples-nacional-para-2018/>

<https://www.google.com.br/amp/s/www.treasy.com.br/blog/como-elaborar-orcamento-de-vendas/amp/>

<https://www.google.com.br/amp/s/www.treasy.com.br/blog/como-elaborar-o>

<http://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoEmpresaPrincipal.aspx?codigoCvm=24112&idioma=pt-br>

## ANEXOS

Anexo A: DRE referentes ao período de 01/01/2017 à 31/12/2018.

<b>DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado - (Reais Mil)</b>			
Conta	Descrição	01/01/2018	01/01/2017
		a	a
		31/12/2018	31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	9.153.357	7.789.497
3.01.01	Transporte de passageiros	8.670.132	6.695.340
3.01.02	Outras receitas	483.225	1.094.157
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-7.556.114	-5.983.382
3.03	Resultado Bruto	1.597.243	1.806.115
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.071.795	-941.094
3.04.01	Despesas com Vendas	-386.874	-327.927
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-684.921	-613.167
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos		
3.04.04	Outras Receitas Operacionais		
3.04.05	Outras Despesas Operacionais		
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial		
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	525.448	865.021
3.06	Resultado Financeiro	76.657	-267.177
3.06.01	Receitas Financeiras	681.570	347.027
3.06.01.01	Receitas financeiras	41.393	94.805
3.06.01.02	Instrumentos financeiros derivativos	298.094	0
3.06.01.03	Variações monetárias e cambiais, líquida	0	57.871
3.06.01.04	Resultado de transações com partes relacionadas, líquido	342.083	194.351
3.06.02	Despesas Financeiras	-604.913	-614.204
3.06.02.01	Despesas financeiras	-410.207	-524.033
3.06.02.02	Variações monetárias e cambiais, líquida	-194.706	0
3.06.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	0	-90.171
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	602.105	597.844
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-181.828	-68.805
3.08.01	Corrente	-11.224	2.875
3.08.02	Diferido	-170.604	-71.680
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	420.277	529.039



3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas		
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas		
3.10.01.01	Lucro (prejuízo) operacional		
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	420.277	529.039
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	420.277	529.039
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores		
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,02000	0,02000
3.99.01.02	PN	1,24000	1,68000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,02000	0,02000
3.99.02.02	PN	1,23000	1,64000

#### **Anexo B: Esquema básico de Apuração do Lucro Real.**

---

Lucro líquido do exercício antes do IRPJ e da CSLL e após as participações

(+) Ajustes do Lucro Líquido

Adições

(-) Exclusões

(-) Compensações de prejuízos fiscais acumulados

= Lucro Real

---

Fonte: Adaptado pelo autor com base na legislação do IRPJ e da CSLL.

**Anexo C: Tabela de Impostos do Lucro Presumido.**

<b>% de Faturamento Tributado</b>	<b>Atividade Exercida</b>
1.6%	Revenda de combustíveis e gás natural
8%	Transporte de cargas
8%	Atividades imobiliárias
8%	Industrialização para terceiros com recebimento do material
8%	Demais atividades não especificadas que não sejam prestação de serviço
16%	Transporte que não seja de cargas e serviços em geral
32%	Serviços profissionais que exijam formação técnica ou acadêmica - como advocacia e engenharia
32%	Intermediação de negócios
32%	Administração de bens móveis ou imóveis, locação ou cessão desses mesmos bens
32%	Construção civil e serviços em geral

***Anexo D: Tabela Simples Nacional Aplicada até 31/12/2017***

RECEITA BRUTA EM 12 MESES (EM R\$)	ALÍQUOTA	IRPJ	CSLL	COFINS	PIS/PASEP	CPP	ISS
Até 180.000,00	6,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	4,00%	2,00%
De 180.000,01 a 360.000,00	8,21%	0,00%	0,00%	1,42%	0,00%	4,00%	2,79%
De 360.000,01 a 540.000,00	10,26%	0,48%	0,43%	1,43%	0,35%	4,07%	3,50%
De 540.000,01 a 720.000,00	11,31%	0,53%	0,53%	1,56%	0,38%	4,47%	3,84%
De 720.000,01 a 900.000,00	11,40%	0,53%	0,52%	1,58%	0,38%	4,52%	3,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	12,42%	0,57%	0,57%	1,73%	0,40%	4,92%	4,23%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	12,54%	0,59%	0,56%	1,74%	0,42%	4,97%	4,26%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	12,68%	0,59%	0,57%	1,76%	0,42%	5,03%	4,31%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	13,55%	0,63%	0,61%	1,88%	0,45%	5,37%	4,61%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	13,68%	0,63%	0,64%	1,89%	0,45%	5,42%	4,65%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	14,93%	0,69%	0,69%	2,07%	0,50%	5,98%	5,00%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	15,06%	0,69%	0,69%	2,09%	0,50%	6,09%	5,00%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	15,20%	0,71%	0,70%	2,10%	0,50%	6,19%	5,00%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	15,35%	0,71%	0,70%	2,13%	0,51%	6,30%	5,00%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	15,48%	0,72%	0,70%	2,15%	0,51%	6,40%	5,00%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	16,85%	0,78%	0,76%	2,34%	0,56%	7,41%	5,00%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	16,98%	0,78%	0,78%	2,36%	0,56%	7,50%	5,00%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	17,13%	0,80%	0,79%	2,37%	0,57%	7,60%	5,00%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	17,27%	0,80%	0,79%	2,40%	0,57%	7,71%	5,00%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	17,42%	0,81%	0,79%	2,42%	0,57%	7,83%	5,00%

<b>Receita Bruta Total em 12 meses</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Quanto descontar do valor recolhido</b>
Até R\$ 180.0000,00	4%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	7,3%	R\$ 5.940,00
De 360.000,01 a 720.000,00	9,5%	R\$ 13.860,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	10,7%	R\$ 22.500,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,3%	R\$ 87.300,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	19%	R\$ 378.000,00

#### **Anexo E: Tabela Simples Nacional aplicável ao Comércio em Geral**

#### **Anexo F: Tabela Simples Nacional aplicável às Indústrias**

<b>Receita Bruta Total em 12 meses</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Quanto descontar do valor recolhido</b>
Até R\$ 180.0000,00	4,5%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	7,9%	R\$ 5.940,00
De 360.000,01 a 720.000,00	10%	R\$ 13.860,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	11,2%	R\$ 22.500,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	14,7%	R\$ 85.000,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30%	R\$ 720.000,00

#### **Anexo G: Tabela Simples Nacional aplicável aos Prestadores de Serviços**

<b>Receita Bruta Total em 12 meses</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Quanto descontar do valor recolhido</b>
Até R\$ 180.000,00	6%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	11,2%	R\$ 9.360,00
De 360.000,01 a 720.000,00	13,5%	R\$ 17.640,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	16%	R\$ 35.640,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	21%	R\$ 125.640,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33%	R\$ 648.000,00

**Anexo H: Tabela Simples Nacional aplicável aos Serviços Especiais** (Serviços de Limpeza, vigilância, obras e construção de imóveis).

<b>Receita Bruta Total em 12 meses</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Quanto descontar do valor recolhido</b>
Até R\$ 180.000,00	4,5%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	9%	R\$ 8.100,00
De 360.000,01 a 720.000,00	10,2%	R\$ 12.420,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	14%	R\$ 39.780,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	22%	R\$ 183.780,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	33%	R\$ 828.000,00

**Anexo I: Tabela Simples Nacional aplicável às Empresas prestadoras de serviço de auditoria, jornalismo, tecnologia, publicidade, engenharia, entre outros.**

<b>Receita Bruta Total em 12 meses</b>	<b>Alíquota</b>	<b>Quanto descontar do valor recolhido</b>
Até R\$ 180.000,00	15,5%	0
De 180.000,01 a 360.000,00	18%	R\$ 4.500,00
De 360.000,01 a 720.000,00	19,5%	R\$ 9.900,00
De 720.000,01 a 1.800.000,00	20,5%	R\$ 17.100,00
De 1.800.000,01 a 3.600.000,00	23%	R\$ 62.100,00
De 3.600.000,01 a 4.800.000,00	30,50%	R\$ 540.000,00